

A SITUAÇÃO DO CAFÉ E A FORMULAÇÃO DO PLANO DA SAFRA DE 1962/63 (*)

Eng.º Agr.º RUBENS ARAUJO DIAS

SITUAÇÃO MUNDIAL.

Apesar das cotações mundiais de café acusarem quedas nos últimos anos, a produção mundial exportável ainda continua apresentando uma nítida tendência de aumento. Os dados a respeito (veja quadro I) demonstram que essa produção, que, no quinquênio de 1953/54 a 57/58, era em média de 37,4 milhões de sacas, atingiu nas últimas safras, níveis em torno de 56 milhões de sacas, depois de alcançar o volume recorde de 68,2 milhões na safra de 1959/60.

O crescimento que o consumo mundial vem mostrando nos últimos anos, embora bem significativo, é em escala bem menor que o verificado na produção. Nos últimos 2 anos, as importações se situaram em torno de 44 milhões de sacas. A taxa anual de aumento pode ser calculada em 3%, o que corresponde atualmente a um aumen-

to físico anual em torno de 1,3 milhões de sacas.

Assim, em vista da produção vir se situando ano após ano em nível superior ao consumo, tem se verificado ultimamente uma crescente acumulação de estoques.

Essa situação provoca sérios transtornos aos países produtores cuja economia é fundamentada no café, principalmente em vista das más previsões que se podem fazer a respeito dos futuros preços do produto. As tentativas de acôrdo mundial visando sanar o problema não têm alcançado resultado muito animadores, só se conseguindo algum resultado na disciplinação das ofertas nos mercados importadores. Os preços têm acusado uma tendência de baixa, embora se deva reconhecer que, na inexistência de qualquer acôrdo, a queda seria em escala bem mais acentuada.

(*) Trabalho elaborado no mês de abril último e encaminhado às autoridades estaduais como contribuição à formulação da política cafeeira da safra de 1962/63.

QUADRO I

Situação Mundial do Café em Milhões de Sacas de 60 kgs.

	Média de		Safras comerciais		
	1953/54	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62
	a				
	1957/58				
I — Produção Exportável.					
Brasil (1)	16,4	24,8	38,8	24,8	27,0
Colômbia	5,8	6,9	7,0	6,7	6,8
Fedecame	6,7	7,3	8,8	8,3	9,6
África	7,3	10,4	11,9	13,2	12,6
Ásia e Oceania	1,2	1,3	1,7	2,1	1,9
Total	37,4	50,7	68,2	55,1	57,9
	Média		Anos civis		
	1954 a 1958	1959	1960	1961	1962
II — Importações.					
Estados Unidos	19,8	23,3	22,1	22,4	...
Outros	15,2	18,6	20,5	21,4	...
Total	35,0	41,9	42,6	43,8	45,1
III — Diferença (II-I)	2,4	8,8	25,6	11,3	12,8

Fonte: — Bureau Pan-Americano de Café, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e "Complete Coffee Coverage".

(1) Retirando-se da produção registrada o total destinado ao consumo interno.

SITUAÇÃO NO BRASIL E EM SÃO PAULO

Cabe ao Brasil uma parcela ponderável do acréscimo que ultimamente vem se verificando na produção mundial de café (veja quadro I). Essa crescente produção e a política brasileira de sustentação de preços fazem com que o nosso País carregue grande parte dos excedentes mundiais, em vista da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de colocação de toda a nossa produção.

Embora as estatísticas oficiais sejam insuficientes para se ter pleno conhecimento da evolução nos últimos anos da situação do café no Brasil, pode-se ter uma melhor idéia da posição estatística atual, em vista da recente divulgação pelo IBC de dados relativos aos estoques em poder do Governo. Esses estoques no início da atual safra, 1961/62, segundo levantamentos oficiais do IBC, eram de 49,0 milhões de sacas, das

quais 7,0 milhões de café expurgo, cuja incineração está sendo procedida. Assim, o suprimento total da atual safra seria de 83 milhões de sacas assim distribuídas — 49,0 (nas mãos do govêrno) + 2,0 (estoques em mãos de particulares) + 32,0 (produção da atual safra) — ou seja o maior suprimento dêsses últimos anos (veja quadro II em anexo). Estimando-se o consumo em 25,2 milhões de sacas (das quais 17,5 seriam exportadas) e levando-se em conta a incineração de 7 milhões de sacas de café expurgo, teríamos um estoque final, em 30 de junho de 1962, de 51 milhões de sacas. Embora a próxima safra que deve ser colhida no ano corrente possa ser considerada muito pequena (24-26 milhões de sacas), ainda assim não se poderia contar com uma redução apreciável dos estoques finais da safra 1962/63, pois o suprimento seria em tôrno de 76,0 milhões, do qual mesmo se deduzindo um consumo superior ao desta safra — da ordem de 27 milhões, — ainda restaria em 30/6/1963 um estoque final de 49,0 milhões. E isso em um ano em que a produção prevista (salvo geada) seria grande.

O recente desenvolvimento dessa situação estatística vem

causando reflexos danosos no nível de preços recebidos pelos cafeicultores, e portanto nas rendas brutas e líquidas do café. A êsse respeito pode-se dizer que os preços reais do café, depois de acusarem ganhos ponderáveis em 1954 e 55 vem perdendo substância ano após ano, sendo de notar que nem mesmo o razoável aumento verificado, em moeda corrente, na última safra — 3 520 cruzeiros por saco em 1961 contra 2 950 em 1960 — foi em proporção suficiente para alterar essa tendência, representando os preços reais obtidos pelos lavradores na safra de 1961 apenas 52% dos auferidos em média no período de 1948/52 (veja quadro III). Aliás, a situação de inferioridade dos preços do café pode ser avaliada pela comparação de seus índices de preços correntes, de 309 em 1960 e de 420 em 1961, com o Índice Geral de Preços no Brasil que foi de 587 e de 802 nêsses mesmos anos e com o Índice de Preços Agrícolas de São Paulo, especialmente quando se retira o café de seu cálculo, o qual alcançou índices de 617 e 854, respectivamente em 1960 e 61. Por essa comparação se evidencia que os preços de café estão em situação muito inferior aos dos demais produtos agrícolas.

POLÍTICA CAFEIEIRA PARA A NOVA SAFRA.

Considerando a situação estatística do café acima exposta, tanto no setor mundial como no interno, pode-se destacar al-

guns pontos de importância ao se discutir a política a ser seguida pelo Brasil na nova safra.

QUADRO II

Situação Estatística do Café no Brasil
milhões sacas de 60 kg.

ÍTEMS	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62
1. Estoque inicial	7,4	14,5	24,2	44,2	51,0
2. Produção registrada	21,6	26,8	43,8	29,8	32,0
A — SUPRIMENTO (1 + 2)	29,0	41,3	68,0	74,0	83,0
3. Exportação exterior	13,6	14,9	17,9	16,0	17,5
4. Consumo nos Portos	0,5	0,4	0,6	0,5	0,6
5. Exportação cabotagem	0,4	0,4	1,0	1,0	1,1
6. Industrialização	0,0	0,2	0,4	0,5	1,0
7. Consumo interno (1)	—	1,2	3,9	5,0	5,0
8. Eliminação de expurgo	—	—	—	—	7,0
B — CONSUMO GERAL (3 + .. + 8)	14,5	17,1	23,8	23,0	32,0
C — ESTOQUE FINAL (A — B)	14,5	24,2	44,2	51,0	51,0

Fonte: — I.B.C. e informações oficiais.

(1) O consumo interno na safra de 1957/58 não era abastecido pela produção registrada. Na safra de 1958/59 o foi em apenas 6 meses.

(2) Estimativas e previsões.

POLÍTICA CAFEEIRA EXTERNA

Em vista de características já bem determinadas — situação estatística atual, posição dominante do Brasil no mercado mundial de café, inelasticidade dos preços de café na grande maioria dos mercados — julgamos ser ponto pacífico que é de todo o interesse para a economia do País, a realização de uma política de sustentação dos preços mundiais do produto. Em caso contrário, haveria uma sensível diminuição na receita cambial que o café normalmente proporciona, com prejuízos evidentes para a economia da nação. Deve-se salien-

tar a êsse respeito que mesmo iniciativas, em maior ou menor escala, de se vender cafés de mais baixa qualidade aos menores preços do mercado, principalmente se procedidas de maneira constante, devem provocar baixas gerais no mercado, atingindo cafés de tôdas as qualidades, com os resultados prejudiciais já apontados.

Conjuntamente, devem ser feitos todos os esforços no sentido de se concretizar um acôrdo internacional mais efetivo, em que haja uma garantia mais eficiente dos preços e o estabelecimento de maiores contrôles

QUADRO III
Evolução dos Preços de Café no Interior de São Paulo

Média de quinquênios e anos	PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES				Índice de Preços Agrícolas em São Paulo		Índice geral de preços no Brasil (1)
	Preços correntes		Preços deflacionados		24 produtos	23 produtos (sem café)	
	Cr\$/60 kg	Índice	Índice (1948/52)	Cr\$/60 kg			
1948/52	838	100	838	100	100	100	100
1953/57	2 060	246	963	115	226	218	217
1954	2 200	262	1 200	143	204	176	183
1955	2 130	254	1 000	119	231	220	213
1956	2 280	272	894	107	259	252	255
1957	2 360	282	811	97	283	285	291
1958	1 720	205	523	62	282	319	329
1959	1 930	230	419	50	370	438	461
1960	2 590	309	441	53	516	617	587
1961 (2)	3 520	420	439	52	711	854	802

Fonte: — Divisão de Economia Rural.

(1) Calculado na base do índice "2" da "Conjuntura Econômica".

(2) Dados preliminares.

das ofertas, impedindo-se assim a venda total das produções dos demais países e dêsse modo con-

seguindo uma distribuição mais equitativa da retenção dos excedentes mundiais.

POLÍTICA CAFEIEIRA INTERNA

Face à situação estatística atrás descrita, deve-se admitir que a diminuição de preços e rendas reais dos cafeicultores não apresenta um caráter passageiro. Ademais, é preciso considerar que a economia de nosso país está em regime de permanente inflação, de modo que o custo de produção para os agricultores não deixa de se elevar, mesmo a despeito da queda de renda do café.

De outro lado, os resultados da pesquisa realizada em 1958 sobre a "economia da produção cafeeira" pela Divisão de Economia Rural em colaboração com a FAO, CEPAL e IBC apontam que parcela ponderável das lavouras de café de São Paulo pode ser considerada como sub-marginal, dentro das estruturas de preços e custos então prevaletentes. Essa condição é decorrente da grande quantidade de lavouras velhas que apresentam um baixo rendimento agrícola e portanto precários resultados financeiros, o que em última análise significa não só prejuízo aos agricultores, mas também um atestado de baixa produtividade econômica no uso dos diversos fatores — capital, braço etc. —, com perdas para toda a economia de São Paulo. Deve-se ainda considerar que os custos fixos da produção de café são bem altos e representam uma importante parcela do custo to-

tal de produção. Essa circunstância, além de onerar de forma mais aguda a produção obtida em cafeeiros de baixo rendimento, é um fator impeditivo das readaptações que se fazem necessárias na reorganização das propriedades cafeeiras.

Face a essas características e considerando os fatores atrás apontados: situação estatística, inflação etc., podemos sucintamente dizer que a continuação da queda de renda trará os seguintes reflexos:

1) Deverá aumentar, com o decorrer dos anos, o contingente de lavouras submarginais, não só porque com o envelhecimento das árvores se verificará um decréscimo nos rendimentos, mas também porque é de se esperar que os custos continuem se elevando, apesar das quedas nos preços reais do café.

2) A probabilidade desses cafeicultores modificarem por livre iniciativa essa tendência, é bastante pequena. Qualquer esforço no sentido de alcançar um ponto de operação em que maior eficiência seja atingida, é, nas atuais circunstâncias, bem difícil de ser conseguida. Isso porque a intensificação da prática, tal como melhores tratamentos, adubações químicas adequadas etc., não só requerem maiores disponibilidades financeiras pela elevação do custo de pro-

dução, mas também porque o reflexo dessas medidas nos rendimentos a serem conseguidos não é bastante animador, quando aplicadas em cafeeiros já depauperados, como é o caso da maioria de nossos cafêzais. Uma transformação mais radical — aliás a desejável — que seria a erradicação dos cafeeiros pouco produtivos, liberando fatores — terra, braço e capital — para outras explorações e para o plantio apenas parcial de novos cafeeiros, seria também difícil de ser conseguida sem uma ajuda por parte do governo, pois nas condições de renda já descritas não haveria sobras para efetivação do investimento necessário, o qual, aliás, na atual situação do café seria ariscado, pelas incertezas que pairam sobre o nível de preços que prevalecerá no futuro.

Assim, salienta-se a alta pri-

oridade de se executar um programa efetivo de incentivo a uma eliminação maciça dos cafêzais considerados de baixo rendimento agrícola e econômico (cêrca de 700 milhões de pés só no Estado de São Paulo), de modo a não eliminar essa classe de cafêzais, mas também já introduzir um elemento de redução das próximas safras a serem colhidas. Deve-se salientar que no corrente ano, em que a prolongada sêca castigou fortemente a cafeicultura, haverá uma receptividade bem maior a um programa dessa natureza. Dêsse modo, deve-se considerar de alta prioridade a concretização do programa estabelecido pelo Governo Federal através do GERCA, visando a erradicação em larga escala dos cafeeiros improdutivos, tanto em São Paulo como nos demais Estados produtores.

NÍVEIS DE PREÇOS A SEREM ESTABELECIDOS

Como o referido programa de erradicação não é compulsório, torna-se evidente que é desaconselhável uma acentuada melhoria nos preços de café a serem recebidos pelos agricultores. Êsses preços maiores não só atrasariam a eliminação das piores lavouras, como se constituiriam em um incentivo ao estabelecimento de novas plantações em uma escala não desejável, o que seria uma contradição econômica em face da atual situação de superprodução. Isso é verdade, mesmo considerando-se o baixo rendimento agrícola a ser obtido na atual safra, cõvindo ainda acrescen-

tar que uma acentuada elevação nos preços, além dos inconvenientes atrás apontados, ainda iria dificultar a formulação da política da futura safra de 1963/64, quando a produção deverá atingir níveis provavelmente acima do normal.

De outro lado, a fixação dos preços em níveis muito baixos, além dos efeitos prejudiciais sobre o setor agrícola, pela acentuada diminuição na renda da cafeicultura, terá um efeito danoso mesmo para as lavouras de alto rendimento, que terão o seu trato prejudicado, pois os lavradores diminuirão o investimento de capital em forma de

adubos, máquinas, combate à erosão etc., ocorrendo, portanto, um decréscimo generalizado da produtividade, o que, em última análise, significa prejuízo para a economia do país.

Cabe então discutir os níveis em cruzeiros em que os preços deveriam ser garantidos, o que constitui questão bastante complexa. Aliás, adotando-se raciocínio idêntico ao utilizado em anos anteriores,⁽¹⁾ apresentamos no quadro IV elementos relativos às despesas da produção de café em lavouras de diferentes níveis de produtividade, dentro de uma dada estrutura de custo. Constata-se por êsse quadro que o custo de produção do café é excessivamente alto. Muito mais alto do que pode parecer à primeira vista. Tomando-se uma lavoura de alta eficiência que produz 100 arrôbas por 1 000 (mil) pés e considerando-se as despesas de custeio em que se incorre com adubo, mão de obra etc., aos preços atuais, inclusive para mantê-la nesses níveis de produção, chega-se ao custo de 3 813 cruzeiros por saca beneficiada. E nota-se que não estão aí incluídos os juros ou aluguel da terra, os juros do capital invertido e tão pouco um salário ou retirada para o fazendeiro. Isso significa que aos preços médios atuais de 3 250 cruzeiros por saca beneficiada no interior, uma lavoura de 100 arrôbas não pode se manter em condições de lucratibilidade. Se os agricultores a mantêm, é porque não pagam o salário mínimo, não adubam em condi-

ções satisfatórias ou se sujeitam a não receber remuneração pelo capital empatado na exploração e pelo seu próprio trabalho de empresário. O que isso necessariamente significa é que essa lavoura não está se “mantendo”, e que certamente sua produtividade cairá, à medida que fôr sendo consumida a fertilidade natural do solo.

O mesmo se aplica em relação às lavouras de menores índices de produtividade, isto é, 75 e 50 arrôbas, com o agravamento de que os custos por saca dessas lavouras são ainda mais elevadas, de 4 284 e 5 427 cruzeiros respectivamente.

Ora, como se sabe, são poucas as lavouras de São Paulo e de outros Estados do Brasil (exceção feita ao Paraná) que apresentam produtividade de 50, 75 ou 100 arrôbas. A grande maioria fica pela casa das 25 arrôbas. Para estas, conforme mostram os dados do quadro IV, o custo é ainda mais elevado, alcançando 7 068 cruzeiros, mesmo sem incluir despesa alguma de adubo, pois produções baixas como essas podem ser obtidas durante muitos anos sem adubação química.

Então, como se mantém essas lavouras? Os cafeicultores perdem dinheiro todos os anos? Não necessariamente, pois, como foi dito, não pagam os salários mínimos, não adubam, não procedem aos cultivos necessários, diminuindo o número de carpas para 5 ou 4 ou mesmo duas ao ano, e, além disso, mantêm lavouras de sub-

(1) Veja “Agricultura em São Paulo”, maio 1961, pgs. 37-56.

QUADRO IV

Custo de Produção de Café no Estado de São Paulo — 1961/62

Modélo baseado em propriedades com lavouras de 50 000 cafeeiros, a diversos níveis de rendimento agrícola e com pagamento de salários mínimos.

Cruzeiros por 1 000 pés

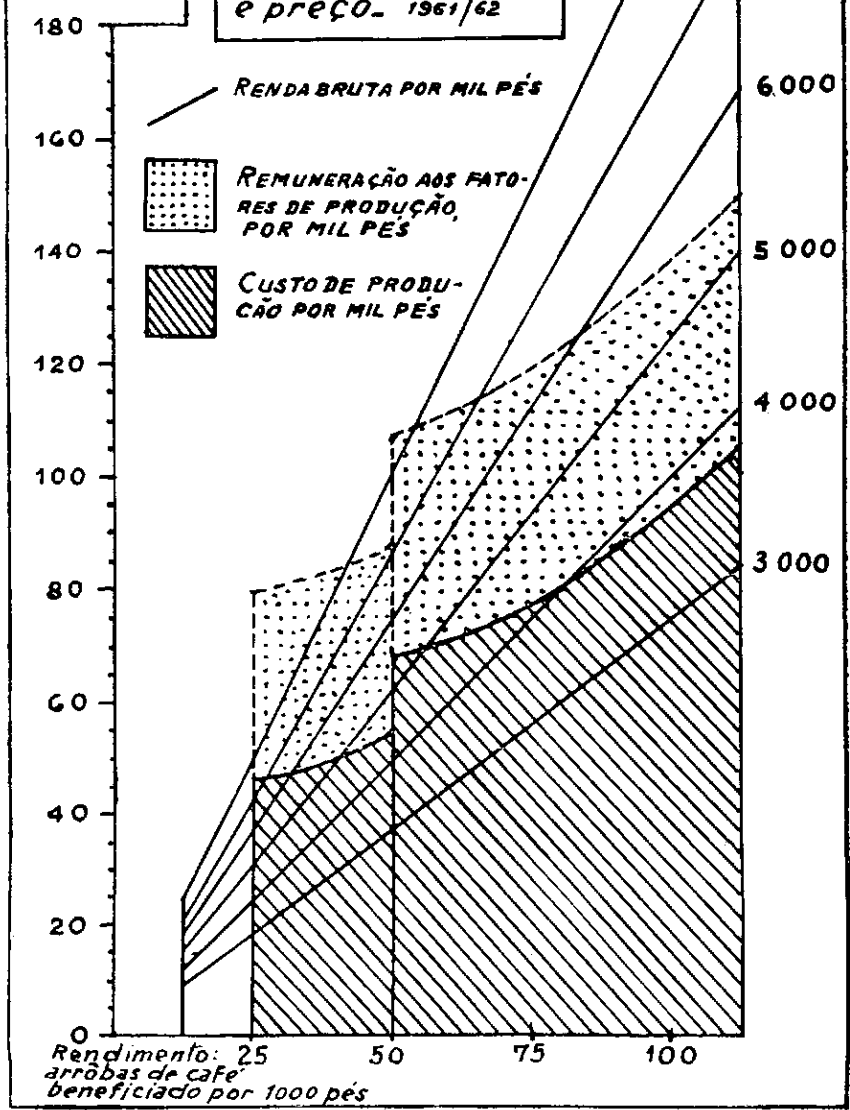
ÍTEMS	Rendimentos Agrícolas (por 1 000 pés)			
	100	75	50	25
	(arrôbas de café beneficiado)			
	75	56	38	20
	(sacas de café em côco, sêco)			
	25	18,5	12,5	6,5
	(sacas de café beneficiado)			
I — PRODUÇÃO				
A — Operações de carpa	17 496	17 496	17 496	17 496
Tratos culturais	9 016	8 857	8 699	5 786
Colheita	14 250	8 400	5 700	3 000
Transporte de café da roça	1 282	1 282	641	641
Secar e recolher o café ..	2 592	1 944	1 296	972
	<u>41 636</u>	<u>37 979</u>	<u>33 832</u>	<u>27 895</u>
B — Materiais consumidos				
Aduobos químicos	28 560	18 950	13 780	—
Estêrco	5 000	5 000	5 000	5 000
Mudas para replanta	100	100	100	100
Sacaria de colheita e utensílios	200	150	120	100
	<u>33 860</u>	<u>24 200</u>	<u>19 000</u>	<u>5 200</u>
C — Despesas adicionais de custeio	8 007	8 007	8 007	8 007
Depreciação de benfeitórias e de cafézal	3 920	3 920	3 920	3 920
	<u>11 927</u>	<u>11 927</u>	<u>11 927</u>	<u>11 927</u>
CUSTO DE PRODUÇÃO POR 1.000 COVAS	87 423	74 106	64 759	45 022
CUSTO DE PRODUÇÃO POR SACAS EM CÔCO ..	1 166	1 323	1 704	2 251
II — BENEFICIAMENTO				
Custo de 3 sacas de café em côco, sêco, de 40 kg ..	3 498	3 969	5 112	6 753
Custo de beneficio de 3 sacas em côco	160	160	160	160
Valor da embalagem (1 sc)				
Transporte p/ a usina de beneficiamento	115	115	115	115
	40	40	40	40
CUSTO DE PRODUÇÃO DE UMA SACAS CAFÉ BENEFICIADO	<u>3 813</u>	<u>4 284</u>	<u>5 427</u>	<u>7 068</u>

Fonte: — Divisão de Economia Rural; Secção de Análises de Custos e Rendas Agrícolas.

RENDA BRUTA, CUSTO DE PRODUÇÃO E REMUNERAÇÃO AOS FATORES
Cr.\$ 1000, POR MIL PÉS

CAFE: renda bruta, custo de produção e remuneração aos fatores a diversos níveis de rendimento e preço - 1961/62

8.000
PREÇO NO INTERIOR
Cr.\$/sc.
BENEFICIADO



sistência dentro do café, de modo a diminuir o custeio em cruzeiros. Pode-se assim dizer que as lavouras não se “mantêm” nessa base de preço, que elas se “acabam” à medida que se acentua o desgaste de fertilidade do solo. É aliás o que tem ocorrido historicamente com nossas lavouras de café. O desgaste do solo, a incapacidade de conservar e de repor a fertilidade, fizeram com que as lavouras caminhassem sempre em busca de terras novas. Agora que já não se dispõe de reservas nesse sentido, deve-se mudar de atitude a fim de que a lavoura possa permanecer em nosso Estado ou mesmo em nosso País.

Com base nessa situação e considerando-se que com o nível médio dos agricultores do país, não se pode esperar no momento, uma produtividade mínima superior a 50 arrôbas por 1 000 (mil pés), deve-se adotar um preço em cruzeiros que permita pelo menos a manutenção da lavoura dêsse nível de produtividade.

Os dados apresentados no quadro IV e em gráfico, fornecem elementos para determinação dêsse preço. No gráfico em questão, além das linhas de rendas brutas por mil pés obtidas a vários preços de café no interior e a vários níveis de rendimento agrícola, são apresentadas as curvas de custo de produção de dois tipos de lavouras — sem adubação química (com

rendimento de 25 a 50 arrôbas por mil pés) e com adubação (rendimentos acima de 50 arrôbas). Além disso, na faixa superior do gráfico foram incluídas curvas de remuneração, em que se admite um pagamento considerado razoável aos fatores utilizados no processo produtivo, ou seja ao capital, à terra e ao empresário agrícola.⁽²⁾

Assim, pela observação do citado gráfico, chega-se à conclusão que um preço entre 6 000 e 7 000 cruzeiros permite cobrir as despesas de produção de uma lavoura de 50 arrôbas, deixando uma margem pequena para a remuneração dos fatores. A êsse nível de preços, as lavouras de 75 arrôbas já teriam uma remuneração considerada como razoável e as de 100 arrôbas apresentariam ainda uma sobra bem significativa para o empresário melhor remunerar os fatores. No entanto, no caso das lavouras de 25 arrôbas, êsse preço não seria nem mesmo suficiente para cobrir as despesas de produção, constituindo-se, portanto, como um elemento de desestímulo.

Assim, uma vez estabelecido o preço base, dentro da citada variação, poder-se-ia determinar preços para as várias qualidades (tipos) e para os cafés das duas principais zonas do País, ou seja, as zonas de melhor qualidade — São Paulo, Paraná e Sul de Minas — e as de pior qualidade — Espírito Santo, Estado do Rio e Zona da Mata.

(2) A remuneração considerada razoável foi de 10% para a terra e capital fixo, 12% para o capital de operação e diferentes retiradas para pagamento pelo trabalho do empresário, conforme o nível de produtividade da lavoura (de 30 a 60 mil cruzeiros mensais para uma lavoura de 50 mil pés).

Pode-se, em linhas gerais, adotar um regulamento semelhante ao pôsto em vigor na safra de 1961/62, dividindo-se os cafés a serem comercializados, em duas séries: os de *mercado* e os *não exportáveis*. Nesta última série seriam incluídos os de tipo inferior aos limites mínimos fixados para a exportação, digamos, tipo 5 para a zona de melhor qualidade e tipo 6/7 para a de pior. Deve-se, entretanto, eliminar o critério de *bebida* ao se caracterizar qualquer café, dada a experiência havida nesse sentido na última safra. Aliás, a discriminação dos cafés por procedência nas 2 zonas atrás citadas já permite uma separação nesse sentido. Na série de mercado, poder-se-ia, à semelhança do regulamento anterior, incluir as cotas de fina qualidade, despoldo e cooperativa que gozariam de maior facilidade de entrada e liberação nos portos, bem como as cotas de boa descrição e comum, cujos despachos poderiam ser condicionados ao encaminhamento para os armazéns reguladores de uma parcela a ser temporariamente retida, uma vez que a safra deste ano é superior às possibilidades de exportação (talvez em 7 milhões de sacas). Conhecendo-se a estimativa final da safra 1962/63, poder-se-á melhor determinar a porcentagem do café a ser retido. Através dessa retenção pode-se equilibrar a quantidade oferecida com a possível de ser exportada.

Para evitar um acúmulo de ofertas ao exterior e também

de cafés nos portos, deve-se manter um contróle das liberações, adotando-se um critério que não induza os interessados a fazerem os despachos apressadamente, logo no início da safra, o que impediria um melhor preparo do produto. Também para evitar excesso de oferta nos mercados de exportação, deve-se eliminar a prática da permissão de livre trânsito para cafés comprovadamente vendidos ao exterior. Aliás, a adoção dessa medida na safra anterior constituiu-se em uma burla a outras de disciplinamento, adotadas no regulamento de embarques.

Como medida imprescindível ao pleno funcionamento do sistema de defesa de preços no mercado interno, o que até hoje não foi conseguido, apesar do requinte com que se elaboraram os regulamentos de embarques, julgamos que deverá o I.B.C. desde o início da safra, estar presente no mercado, adquirindo os vários tipos de café das duas zonas, a preços previamente estipulados para o final da safra, prevendo-se tabelas de decalagens (conforme os meses) para as compras antecipadas. Dêsse modo, ter-se-ia um preço mínimo efetivo que evitaria ofertas de café brasileiro no mercado mundial a preços mais baixos que o fixado e garantido pelo I.B.C.

A fim de possibilitar a vigência do preço sugerido no mercado do produtor (6 a 7 mil cruzeiros no interior-cafés da zona de melhor qualidade), bastará alterar de 22 para 10

dólares por saca, a *cota de contribuição*, cobrada no ato de exportação, possibilitando assim um valor FOB em tórno de 9 300 cruzeiros por saca, o que permitiria a vigência dos preços sugeridos no interior.

Admitindo-se uma exportação de 18 milhões de sacas, teríamos uma contribuição total de 180 milhões de dólares que, na atual taxa cambial de 310 cruzeiros por dólar, corresponde a 56,8 bilhões de cruzeiros que iriam constituir receita do Fundo de Defesa do Café.

De outro lado, admitindo-se que a produção registrável da safra de 1962/63 alcance 25 milhões de sacas, restariam 7 milhões de sacas para serem ad-

quiridas pelo Governo, podendo-se prever que 2 milhões seriam da série não exportável e os restantes 5 milhões da série de mercado (cotas de boa descrição e comum). Supondo-se preços de 4 e 5 mil cruzeiros, respectivamente, para as citadas séries, seriam necessários 31 bilhões de cruzeiros para essas aquisições. Restariam assim 25,8 bilhões que somados a 10 bilhões provenientes de vendas no mercado interno (5 milhões de sacas a 2 mil cruzeiros), totalizam 35,8 bilhões que seriam destinados a atender as despesas com armazenamento do café, à construção de novos armazéns e ao programa de racionalização da lavoura cafeeira.